

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-5 – Política e Economia da Informação

AGENDAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS: POLÍTICA, PODER E (IN) VISIBILIDADES

Marcia Quintslr (PPGCI/IBICT/ECO-UFRJ e IBGE¹)

Ana Malin (PPGCI/IBICT/ECO-UFRJ e FACC-UFRJ)

OFFICIAL STATISTICAL AGENDAS: POLICY, POWER AND (IN) VISIBILITIES

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: As agendas estatísticas oficiais determinam a programação de trabalho das agências produtoras e definem temas, grupos populacionais e territórios que se tornam (in) visíveis a partir das estatísticas. A visibilidade atribui poder a atores e questões sociais. Para definir agendas, os gestores dos Sistemas Estatísticos Nacionais conciliam interesses variados de um conjunto heterogêneo de atores. A dinâmica de desenho das agendas no Brasil lida com a defasagem temporal da legislação estatística e com a falta de registro sistematizado das mencionadas dinâmicas e agendas. Abordagens teóricas do campo da política da informação, assim como a observação dos impactos sociais das estatísticas oficiais, fundamentam o estudo da dinâmica de definição de agendas no País. A pesquisa identificou, através de análise documental, numerosas e variadas ações promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o delineamento dos rumos das estatísticas nacionais e extensa cobertura temática dos debates. Assim, foi ratificada a efetividade dessa dinâmica, sob o ponto de vista de governança, um dos conceitos explorados, e reforçada a avaliação de excelência das estatísticas oficiais brasileiras produzidas. Por outro lado, o estudo aponta as necessidades de documentar as ações para a definição das agendas e de avançar na diversificação de atores participantes, assegurando representação social abrangente e o desenho de agendas inclusivas. Foi observado que a gestão pública da informação no País carece de olhar estratégico totalizante em que as estatísticas oficiais sejam efetivamente contempladas.

Palavras-Chave: estatísticas oficiais; política de informação; governança; direito à informação.

Abstract: The official statistical agendas determine the work program of the producing agencies and define themes, population groups and territories that become (in) visible from the statistics. Visibility attributes power to actors and social issues. To define agendas, the managers of the National Statistical Systems reconcile varied interests of a heterogeneous set of actors. The dynamics of the

¹ As visões emitidas nesse trabalho, em que pese a vinculação institucional da autora ao IBGE, são de sua inteira responsabilidade, não correspondendo a posicionamento oficial do Instituto.

design of agendas in Brazil deals with the temporal lag of statistical legislation and the lack of systematized registration of the dynamics and agendas. Theoretical approaches in the field of information policy, as well as the observation of the social impacts of official statistics, are the basis for the study of the dynamics of agendas in the country. The research identified, through documentary analysis, numerous and varied actions promoted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics to delineate the directions of national statistics and extensive thematic coverage of the debates. Thus, the effectiveness of this dynamics, from the point of view of governance (one of the concepts explored) was ratified and the evaluation of excellence of the official Brazilian statistics produced was reinforced. On the other hand, the study points out the need to document actions for the definition of agendas and to advance the diversification of participating actors, ensuring comprehensive social representation and the design of inclusive agendas. It was observed that the public management of information in the country lacks a totalizing strategic view in which official statistics are effectively contemplated.

Keywords: official statistics; information policy; governance; right to information.

1 INTRODUÇÃO

A história das estatísticas oficiais privilegia seu uso na administração do aparelho estatal, no monitoramento e controle da população, riqueza e território. Nos dias atuais, as aplicações ou usos das estatísticas se ampliaram, abarcando o suporte ao exercício da cidadania, efetivado através de ações reivindicatórias e emancipatórias e, também, da avaliação de atos vinculados ao Estado ou aos governos. Servem ao desenho e ao monitoramento de políticas públicas. São utilizadas como parâmetros para decisões nos âmbitos público e privado. Atribuem poder ou não a grupos sociais e a aspectos da vida em sociedade a partir das (in) visibilidades que lhes confirmam.

Cabe aos gestores dos Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) proporcionar elenco de estatísticas inclusivo, cobrindo questões sociais, econômicas e ambientais para recortes populacionais e territoriais de interesse da sociedade. É exigido, no entanto, conciliar o atendimento às necessidades por estatísticas, limitações metodológicas e de restrições de recursos humanos, materiais e financeiros.

Tópicos da dinâmica de desenho das agendas estatísticas oficiais no Brasil desde 2006 até 2016 são observados. Tal dinâmica estabelece as estatísticas a serem viabilizadas pelas agências produtoras que integram o SEN e, conseqüentemente, as visibilidades proporcionadas pelas estatísticas. A tensão entre a demanda por estatísticas oficiais e a conciliação dos múltiplos atores e interesses envolvidos, motivaram a condução do estudo sob a ótica da política de informação.

Adota-se a denominação “agenda estatística” para evitar a expressão “plano estatístico”, empregada na legislação estatística brasileira². Os planos, estabelecidos de acordo com tais leis, seriam atualizados segundo intervalos de cinco anos, com base em resultado de Conferências Nacionais de Estatísticas. O último plano constituído segundo este procedimento foi publicado em 1974³. Posteriormente a esta publicação, Conferências foram realizadas em 1989, 1996, 2006 e 2016. Desde 1996, as Conferências Nacionais de Estatística estão integradas a evento mais amplo, os Encontros Nacionais de Usuários e Produtores de Informações Estatísticas (a documentação das realizações dos Encontros de 2006 e 2016 fornece importantes subsídios ao presente estudo).

Apesar de não publicadas, agendas são efetivadas no País, isto é, as estatísticas são produzidas, como resultado das relações contínuas dos gestores das estatísticas brasileiras com amplo espectro de atores sociais de variados perfis e múltiplas motivações. Portanto, avançar na compreensão da dinâmica que define as estatísticas de fato produzidas é, centralmente, o objetivo. A busca é por responder: Como se dá a dinâmica de construção das agendas? Propicia que as estatísticas oficiais nacionais reflitam as visibilidades demandadas?

A investigação fundamentada em política informacional exigiu identificar a acepção de informação consistente com os objetivos das agendas. Os SEN e suas ações e relações sobre as agendas foram estudados a partir dos conceitos sistema finalizado aberto, regime de informação e governança. Aspectos da ética informacional foram pontuados.

Foram observados empiricamente três elementos atinentes à dinâmica: eventos e canais referidos à configuração das agendas estatísticas; atores envolvidos na dinâmica de construção das agendas; cobertura temática proposta ou debatida para compor as agendas. A metodologia consistiu no levantamento e análise de documentos, em que parte expressiva cobria o âmbito de atuação do IBGE.

Os resultados da pesquisa propiciaram compreender a dinâmica de construção das agendas. Ratificaram, contudo, a necessidade de documentação e de publicização da dinâmica e das agendas. Entre outros aspectos, sugerem o ajuste das muitas instâncias

² A lei estatística vigente é a lei número 5.878, de 11 de maio de 1973, que dispôs sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, suas funções de produtora e coordenadora e institui o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

³ Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confega/anexo_decreto_74084>. Acesso em: 10 jul. 2018.

existentes para a governança, no que tange a equilibrar as participações de diferentes setores da sociedade, com vistas a contemplar, de forma mais abrangente e inclusiva, as demandas por visibilidade através das estatísticas oficiais.

2 ESTATÍSTICAS OFICIAIS COMO INFORMAÇÃO E FORÇA CONSTITUTIVA DA SOCIEDADE

A abordagem política da dinâmica das agendas considerou as forças atuantes na conciliação de interesses e recursos, bem como as relações de poder envolvidas. O desenvolvimento de Braman (2006) no campo da política de informação orientou o estudo.

A autora, alertando que este não é um campo de fácil definição, propõe considerar diferentes aspectos que, em seu conjunto, propiciam clareza e subsidiam a análise ou a execução de política informacional específica. Recomenda também levar em conta a historicidade e os contextos sociais, culturais, legais e institucionais. Como pré-requisito, propõe identificar a acepção de informação pertinente ao contexto.

[...] começar com a questão o que é informação. Não há uma resposta fácil
[...] Os debates sobre o direito comercial internacional, por exemplo, são consistentemente marcados por diferenças entre aqueles que vêem fluxos de informações internacionais como filmes, programas de televisão e filmes como mercadorias e aqueles que vêem esses meios de comunicação como potentes forças culturais. (BRAMAN, 2006, p. 9, tradução livre)

2.1 Estatísticas oficiais: informação na definição de agendas

O ciclo de produção de estatísticas tem como ponto de partida a dinâmica de definição de agendas e se conclui nas aplicações ou usos que refletem as visibilidades contempladas. Assim, agendas e aplicações estão conectadas.

Predominam nestes dois momentos do ciclo estatístico (agendas e os usos das estatísticas) o enfoque sociopolítico identificado em Senra (2006), diferenciando-o do técnico-científico, relativo aos métodos presentes em outras etapas do ciclo estatístico, tais como a definição dos conceitos a mensurar, a amostragem, o desenho dos questionários, a crítica e a apuração de resultados, o armazenamento de dados, entre outros.

Cunha (2014), quando se atem ao objetivo das estatísticas, valoriza o enfoque sociopolítico, questionando a perspectiva puramente positivista sobre as estatísticas oficiais.

Na verdade, afigura-se-me que resulta claro que as Estatísticas Oficiais, contrariando a visão positivista dos dados estatísticos (...) podem ser lidas não só de uma forma crítica, mas também de uma forma sintomática, como que reflectindo o olhar que em determinado contexto socialmente definido a Sociedade tem sobre si própria. (CUNHA, 2014, p.1)

Assim, para o entendimento da dinâmica das agendas são aqui abraçadas acepções teóricas que abarcam os usos da informação e seus impactos em sociedade. Retomam, portanto, o sentido originário do termo informação: “dar forma” (CAPURRO; HJØRLAND, 2003). Reconhecem que é inerente à informação a existência de um meio físico através do qual é transmitida ou revelada e consideram, também, contextos e a promoção de mudança (dar forma) do cenário em que a informação se insere, o que inclui o campo social.

Vieira Pinto, ao identificar a duplicidade de apresentação da informação, afirma “Por este motivo a informação apresenta-se sob o duplo aspecto de *aquisição de dados* objetivos e de *atividade de transformação* das estruturas materiais e sociais da realidade” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 365, apud DANTAS, 2015, p.497, grifos de DANTAS)⁴. Aproximando-se dos enfoques técnico-científico e sociopolítico referenciados por Senra (2006) às estatísticas.

Wilden (2001), em sua abordagem qualitativa da informação, inclui diversos tipos de caracterização da informação (monetário, social, simbólico, entre outros) e simultaneamente se ocupa do valor associado ao seu uso (informação, para o que serve e quem dela usufrui). No que concerne às estatísticas oficiais, sob o conceito qualitativo de Wilden (2001), são características inerentes, a metodologia de construção ou de cálculo e as formas físicas segundo as quais as estatísticas são disponibilizadas. O seu uso, traduzido por informação “Para o quê? e Para quem?”, abarca a dimensão sociopolítica das estatísticas. As agendas, ao estabelecerem os programas estatísticos das agências produtoras e as (in) visibilidades, lidam com as respostas às duas perguntas.

A conexão entre a dinâmica das agendas e o uso atribuído às estatísticas, anteriormente destacada, remete à Braman (2006) que contorna a multiplicidade de conceitos de informação, propondo uma taxonomia baseada nos seguintes critérios: a complexidade da estrutura social em que a informação é usada; o escopo e a escala do processo social em questão ou do nível de análise de interesse; o poder e sua intensidade “associada à informação e sua criação, processamento, fluxo e uso” (BRAMAN, 2006, p.11).

Definiu seis categorias de uso: recurso, mercadoria, percepção de padrão, repositório de possibilidades, agente e força constitutiva da sociedade. Esta última está no topo da hierarquia delineada. Envolve a estrutura social em diversos graus de articulação e complexidade, atribuindo à informação um forte potencial de construção da realidade social e material. O desenho das agendas estatísticas possui identificação com a complexidade de

⁴ PINTO, A. V. (2008). O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 2 v.

articulações e estrutura associadas ao uso da informação como força constitutiva da sociedade, uma vez que envolve variados atores sociais e seus interesses.

2.2 Estatísticas Oficiais: Usos e empoderamento

Até que as estatísticas oficiais alcançassem a condição atual em que atendem a múltiplos usos e diferentes públicos, preponderava o interesse do Estado. Eram privilegiadas ações voltadas ao controle de recursos financeiros e humanos, ao poder disciplinar ou à administração de situações pertinentes à população ou ao território. Giddens (2008) destacou a presença das estatísticas em diferentes formas de Estado. Apontou a sistematização da coleta das estatísticas na passagem do absolutismo ao Estado-nação, associando-a à auto regulação: “O poder administrativo gerado pelo Estado-nação não poderia existir sem a base de informação que são os meios de autoregulação reflexiva” (GIDDENS, 2008, p. 201).

Braman (2006) destacou o papel das estatísticas oficiais constitutivo das nacionalidades com base no perfil de sua etnicidade obtido, segundo a autora, a partir de artefatos estatísticos expressos em categorizações construídas para a representar diferentes grupos étnicos. Este é um campo em que se percebe as estatísticas configurando a sociedade e como instrumento constituinte do próprio Estado-nação. Por outro lado, neste caso, se a produção de tais configurações não for exaustiva, parte da formação étnica nacional pode ficar na invisibilidade, deixando de ser considerada sob vários aspectos da vida em sociedade.

Bourdieu (2008), por sua vez, destacou as estatísticas oficiais e outros elementos informacionais utilizados pelo Estado para o exercício da força simbólica. Interpreta como instrumentos de reprodução simbólica as classificações estatísticas entre outros itens.

Também ilustram o papel empoderador das visibilidades estatísticas, para além do escopo estatal, usos na delimitação de parâmetros para ações de política social ou econômica, a exemplo do corte de rendimento familiar a partir do qual, no Brasil, o programa Bolsa Família é atribuído. A comparação entre condições sociais, econômicas ou ambientais, em níveis intranacional ou internacional, bem como o exercício da cidadania, são também usos que propiciam empoderamento a questões e segmentos sociais diversos.

3 OS SEN E A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS AGENDAS

O Sistema Estatístico Nacional (SEN) compreende as instituições que viabilizam as operações censitárias, as pesquisas por amostragem e o tratamento de registros administrativos para fins estatísticos, ou seja, concretizam as fontes geradoras das

estatísticas oficiais.⁵ Foi analisado sob os conceitos de regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) e de sistema finalizado aberto (WILDEN, 2001) que fundamentaram as peculiaridades do SEN concernentes à sua ambientação institucional, sociopolítica, legal e às relações com os diferentes atores na definição das agendas.

González de Gomez (2012) destacou a visão de Frohman (1995) sobre regime de informação como a genealogia das políticas de informação. Tal genealogia coloca-se para além da formulação, execução e avaliação de tais políticas, contemplando, também, práticas, forças e interesses que as circundam ou afetam. Viu, portanto, no conceito, uma possibilidade para refutar o que Frohman (1995) definiu como reducionismo da visão de políticas de informação adotada na Ciência da Informação.

Tal reducionismo foi identificado com a circunscrição da política à operacionalização da gestão, com sua observação restrita ao campo estatal e com a desconsideração de questões relativas a como o poder é exercido. Nesse contexto de relações de poder, Frohman apontou o risco de dominação por grupos específicos. Este risco pode ameaçar o desenho de agendas estatísticas inclusivas, exigindo atenção.

[...] questões de como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação. (FROHMAN, 1995, p.5, tradução de González de Gómez)

González de Gómez (2012) identificou elementos constituintes do regime de informação, tais como os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades, assim como os meios e recursos de informação, valores (a exemplo de padrões de excelência) e modelos de organização entre outros aspectos. Menciona que o regime de informação é constituído por um plexo de relações e agências, estando exposto a questões culturais, políticas e econômicas, o que reforça a pertinência do conceito para a leitura do SEN frente a complexidade da dinâmica das agendas.

Os sistemas finalizados abertos correspondem à construção teórica em que são incorporadas as necessárias trocas de informações entre diferentes sistemas com objetivos próprios, realizadas a partir de suas fronteiras. Para Wilden (2001), um sistema se ordena,

⁵ O recurso designado como *big data* ainda não se fazia notar nas estatísticas brasileiras. Existem iniciativas internacionais que contemplam na produção de estatísticas, por exemplo, dados de empresas de telefonia e de registros de códigos de barras no comércio, entre outras (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

reduz entropia e sobrevive a partir da absorção das informações de sistemas que o rodeiam. Um SEN visto pelo desenho de agendas apresenta relações fronteiriças com contextos que propiciam indicativos, por exemplo, sobre a melhor decisão de quais estatísticas produzir para manter-se “vivo” ou relevante em sociedade.

Para Schwartzman (1996b) é positivo o contínuo diálogo sobre as estatísticas entre os responsáveis por sua produção e múltiplos atores sociais, num exercício de “aproximações sucessivas” entre os resultados das estatísticas oficiais e a realidade por elas retratadas. Diálogo que se assemelha às trocas fronteiriças entre sistemas finalizados abertos para a mútua minimização de entropia. Para o autor, tal prática contínua, no caso brasileiro, substitui com vantagens a concepção da lei estatística vigente, que implicaria intervalos de 5 anos entre as distintas versões das agendas.

Assim, a dinâmica de construção das agendas pelos gestores dos SEN corresponde à execução de uma contínua atuação política informacional que atribui (in) visibilidades e, portanto, empoderamento através das estatísticas oficiais. É exigida conexão com o entorno.

A política de informação para Braman inclui governo (instituições e leis), governamentalidade (“disposição cultural para adoção e reprodução de práticas que tornam determinadas práticas de governo ou de governança possíveis”) e governança, que define como “processo decisório com efeitos estruturais que ocorram nos campos privado ou público, seja formalmente, seja informalmente” (BRAMAN, 2006, p.3). Esta definição de governança motivou o aprofundamento do conceito, tendo em vista que a decisão sobre as agendas corresponde ao balanceamento entre fatores, algumas vezes, conflitantes.

González de Gómez (2002), em referência ao cenário informacional, registra o elo entre informação e política “como expressão de interesses e desejos, escolha e decisão” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.32). Identifica as ações de governança como o meio para a consolidação desse elo. Toma em conta a governança dita informacional, em que considera relevante ser assegurada transparência não apenas das informações disponíveis, mas também sobre os processos que a geram. Assim, a governança implicaria, também, incrementar o controle social sobre as agências públicas e a responsabilidade do Estado pela prestação de contas (*accountability*) e pela transparência administrativa.

Na dinâmica das agendas, um pressuposto é o de que as múltiplas demandas e interesses de variados atores resultam em capacidades desiguais desses últimos para expressarem, bem como assegurarem, a cobertura inclusiva das estatísticas oficiais. Essa

relação entre forças desiguais aponta para a observação de aspectos da ética informacional relacionados, principalmente, com o amplo direito à informação que deve ser intrínseco à dinâmica. Também, no que diz respeito à transparência e à *accountability*, inerentes à governança adequada às agendas, coube a abordagem ética.

Assim, os contextos que envolvem a condução da dinâmica das agendas foram analisados sob tal ponto de vista ético, para identificar condições convergentes e dissonantes para a efetividade do direito à informação e das ações de transparência e *accountability*.

A ordem informacional global contemporânea é constituída por elementos com potencial para impactar o amplo direito à informação, inclusive às estatísticas oficiais. São intrínsecos a ela: a intensificação da disponibilidade e dos avanços das tecnologias da informação, a consolidação da rede internet e o deslocamento de parte do protagonismo, no campo das políticas de informação, dos agentes estatais para os agentes privados.

Este deslocamento de protagonismo no panorama internacional das estatísticas oficiais se expressa através do surgimento de diferentes fontes de dados, com potencial para complementar ou substituir as estatísticas em seus usos habituais. Também, é proeminente, nos principais fóruns estatísticos internacionais, a elaboração de indicadores para o monitoramento da Agenda 2030 para o desenvolvimento global sustentável.⁶

No Brasil de 2006 a 2016, as estatísticas oficiais avançaram no uso de tecnologia e em sua inserção internacional. Ações para o atendimento e o relacionamento com a sociedade foram ampliadas. Foram enfrentadas dificuldades na alocação de recursos orçamentários para os projetos estatísticos e no compartilhamento de bases de dados que atenderia à otimização dos recursos para viabilizar as estatísticas. (SENRA *et al*, 2016).

O marco legal estatístico vigente, concebido nas décadas de 1960 e 1970, antecede à consolidação da internet, à Constituição Federal de 1988 e a seus indicativos de participação de diferentes atores sociais na proposição e monitoramento de políticas públicas. Acrescente-se a adesão do Brasil ao movimento mundial de acesso aberto à informação, refletida na promulgação da Lei de Acesso à Informação em 2011 (MALIN, 2012).

Tantos eventos marcantes no campo da informação, a defasagem temporal da lei estatística, assim como as dificuldades relativas a recursos orçamentários e ao acesso a bases de dados, são indícios de que o regime de informação pública no Brasil carece de

⁶ OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável - ODS. In: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

estratégia que contemple estatísticas oficiais. Adicionalmente, o cenário sociopolítico no País incluiu, no final do período de estudo, o risco de fragilização do regime democrático (BRESSER PEREIRA, 2016), fator crucial ao direito à informação, transparência e *accountability*, valores inerentes ao desenho de agenda estatística inclusiva.

4 DA GOVERNANÇA ÀS (IN) VISIBILIDADES: BRASIL DE 2006 A 2016

A falta de registro formal das agendas referidas ao SEN brasileiro exigiu estudo documental de diferentes fontes para uma visão integrada da dinâmica de definição das estatísticas efetivamente produzidas. A descrição do percurso empírico e a análise de resultados foram organizados segundo os componentes da dinâmica: (A) ações de governança, (B) atores e (C) cobertura temática das agendas e (in) visibilidades.

4.1 Percurso empírico: elementos da dinâmica e enfoques e documentação analisados

Os enfoques de análise e as fontes documentais observadas são apresentados na sequência e de acordo com os mencionados componentes.

Ações de governança refletem a conciliação de múltiplos interesses, bem como a escuta permanente, na condução da dinâmica.

Quadro 1: Ações de Governança - enfoques de análise e documentação observada

Enfoque	Descrição
A1	Instâncias legal ou formalmente constituídas para fins de governança das estatísticas oficiais. Documentos: Planejamento Estratégico do IBGE 2012-2015 ⁷ ; lei 5.878, de 11 de maio de 1973 e estatuto do IBGE ⁸ .
A2	Interações de múltiplas naturezas, desde de convênios a grupos de trabalho, do IBGE com diferentes organizações. Documentos: Levantamento das interações em cumprimento ao Planejamento Estratégico do IBGE, objetivo 01.02 e meta 01.02.02. Acesso ao documento do acervo documental do IBGE.

Fonte: Elaboração própria.

Assim, conforme registrado no quadro 1, como ponto de partida procedeu-se à busca exploratória por registros documentais, com o objetivo de identificar instâncias (canais, espaços e eventos) de governança e suas potencialidades para alimentar debates e

⁷ ENCONTRO nacional de produtores e usuários de informações sociais, econômicas e territoriais, 2., 2006, Rio de Janeiro. In: IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/index2.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CONFERÊNCIA Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais - INFOPLAN, 3., 2016, Rio de Janeiro. In: IBGE. Disponível em: <<https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

⁸ BRASIL. Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4740.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

decisões sobre as agendas no País.

Diferentes atores do entorno dos Sistemas Estatísticos são partícipes dos debates e negociações desenvolvidas. Interagem entre si ou com o SEN, segundo relações com potencial influência sobre as agendas. Foi explorado um único enfoque de análise (quadro 2).

Quadro2: Atores envolvidos: enfoque de análise e documentação observada

Enfoques	Descrição
B1	Abordagem comparativa da participação de diferentes categorias de atores em instâncias selecionadas dentre aquelas identificadas no enfoque (A1). Documentos: As programações do II e III Encontros e documentação da reformulação das pesquisas domiciliares subsidiaram esta abordagem. ⁹

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito ao seu conteúdo temático e às (in) visibilidades delas decorrentes, as agendas foram identificadas como Sistemas de Organização do Conhecimento, uma vez que se materializam na representação das coberturas temáticas, populacionais e espaciais do conhecimento sobre a sociedade através das estatísticas oficiais. Nesse sentido, a Classificação de Informações Estatísticas (CIE), homologada em 2015 pela Comissão Nacional de Classificações, configurou-se como referência natural para esta etapa da pesquisa.¹⁰

Quadro 3: Conteúdo temático das agendas: enfoques de análise e documentação observada

Enfoques	Descrição
C1	Levantamento e análise da cobertura temática abarcada em instâncias selecionadas dentre aquelas identificadas em (A1) e na compilação de interações realizada pelo IBGE, resgatada no contexto do estudo (A2). Documentos: As programações do II e III Encontros e documentação da reformulação das pesquisas domiciliares subsidiaram esta análise.
C2	Observação dos registros das visibilidades e das invisibilidades (ou lacunas) estatísticas do SEN brasileiro. Esse enfoque contemplou, principalmente, o domínio Estatísticas Sociais da CIE. Documentos: Levantamento, estudos e atas de reuniões e dos seminários no âmbito do Comitê de Estatísticas Sociais referente ao período de 2008 a 2015. ¹¹

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Intensidade nas ações de governança

Foram consideradas diferentes instâncias em que ações e debates identificados com a governança ocorreram sob a condução do IBGE. Para a quase totalidade das instâncias, formal ou legalmente constituídas (A1), levantadas no estudo das agendas foi verificada regularidade de realização. Destaque-se os Encontros Nacionais de Usuários e Produtores das estatísticas

⁹ IBGE, **Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE**. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

¹⁰ O endereço <metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx> leva aos domínio, temas e subtemas da CIE. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹¹ Comitê de Estatísticas Sociais. Disponível em <<https://ces.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

oficiais, realizados em 2006 e 2016, que extrapolaram o intervalo de realização legalmente definido de cinco anos. Ainda assim foram eventos de grande porte, com 88 sessões em 2006 e 99, em 2016 cujos assuntos eram aderentes ao debate das agendas.

Cabe relevo também às 32 reuniões e quatro seminários do Comitê de Estatísticas Sociais, registrados em seu portal, e às 15 realizações do fórum do Sistema Integrado das Pesquisas Domiciliares, referente à reformulação de tais pesquisas.

No levantamento resgatado no contexto do estudo sobre as agendas (A2) é registrada ampla gama de interações interinstitucionais, corroborando intenso e contínuo relacionamento do IBGE com diferentes atores. Foi observado o total de 156 realizações de interações, referentes à área de pesquisas, que responde pela maior parte dos levantamentos que concretizam as agendas estatísticas brasileiras.

Tabela 1: Categorias de interações realizadas pela área de pesquisas, IBGE, 2013

Categorias de Interações	Interações da área de pesquisas
Convênio/Termo de Cooperação/Acordo de Cooperação	77
Colaboração Técnica	37
Reunião Temática	10
Grupo de Trabalho	12
Acesso à base de dados	12
Outros	8
Total	156

Fonte: Elaboração própria.

Tais resultados demonstram o esforço do IBGE dedicado à governança das estatísticas oficiais, aproximando-se de atores do seu entorno.

4.3 Atores e equilíbrio nas participações

Foram quantificadas e analisadas as participações de atores nas sessões dos II e III Encontros (2006 e 2016), assim como nas realizações dos fóruns do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, em que era discutida a reformulação dessas últimas. Utilizou-se categorização de atores especialmente construída, conforme apresentada nas tabelas 2 e 3.

Nos II e III Encontros de Produtores e Usuários, o IBGE apareceu representado em ambos os eventos com o maior número de participações nas sessões. Em 2006 foram 126 participações do IBGE (30,3%) nas 88 sessões pertinentes às agendas. Em 2016 houve redução dos números de participações absoluto (74) e relativo (22,4%), conforme indicado na tabela 2. Assim, houve, dentre as 99 sessões realizadas em 2016, ocorrências de não participação do IBGE nas mesas de discussão.

Os pesos totais das categorias que se inserem na Administração Pública¹² em ambos os encontros foram muito próximos, 80,5% em 2006 e de 80,1% em 2016. Dentro dessa grande categoria as reduções nas participações de Universidades (de 13,5% para 7,9%) e de Estados e Municípios (de 9,6% para 3,3%) são marcantes. Cresceram Ministérios, Secretarias e outros (de 15,2% para 30,5%).

Tabela 2: Atores e participações nas sessões dos Encontros Nacionais, 2006 e 2016

Categorias de Atores	2006	2016	2006 (%)	2016 (%)
Administração pública	334	265	80,5	80,1
IBGE	126	74	30,3	22,4
Outras Fundações públicas federais	23	20	5,5	6,0
Universidades Públicas	56	26	13,5	7,9
Outras autarquias, inclusive regime especial	26	33	6,3	10,0
Ministérios, Secretarias e outros	63	101	15,2	30,5
Administração pública estados e municípios	40	11	9,6	3,3
Demais categorias da Tabela de Natureza Jurídica	77	61	18,5	18,4
Empresas Públicas Federais	7	13	1,7	4,0
Outras entidades empresariais	9	11	2,2	3,3
Associações, confederações e federações	3	11	0,7	3,3
Outras entidades de direito privado e sem fins de lucro	9	6	2,2	1,8
Internacional	49	20	11,8	6,0
Não categorizados	4	5	1,0	1,5
Total	415	331	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos fóruns sobre as pesquisas domiciliares¹³, que ocorreram desde 2006 até 2015, foi analisada a lista de profissionais e instituições convidados. Foi identificado o total de 607 convites a profissionais, dentre os quais, 15 sem associação institucional.

A tabela 3 reflete a quantidade de instituições mobilizadas para participar do fórum. Os percentuais de atores mobilizados pertencentes às categorias Ministérios, secretarias e outros (30,2%), Administração pública dos estados e municípios (21,6%), Outras entidades empresariais (12,1%), Universidades Públicas (11,2%) e Associações, confederações e federações (11,2%) superam 10%. Correspondem à Administração pública federal, estadual e municipal, 69% das entidades mobilizadas.

Tabela 3: Atores mobilizados para participar das realizações do Fórum do Sistema Integrado de

¹² Conforme definição da Tabela de Natureza Jurídica. Disponível em <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016>, acesso em fev. de 2018. As categorias em nível mais detalhado foram definidas a partir da análise dos atores participantes das sessões do II e III Encontros.

¹³ Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/, acesso em mar. de 2017.

Pesquisas Domiciliares, IBGE, desde 2006 até 2014		
Atores	Mobilizados para Fóruns do SIPD	Mobilizados para Fóruns do SIPD (%)
Administração pública	80	69,0
Fundações públicas federais	4	3,4
Universidades Públicas	13	11,2
Outras autarquias, inclusive regime especial	3	2,6
Ministérios, Secretarias e outros	35	30,2
Administração pública estados e municípios	25	21,6
Demais categorias da Tabela de Natureza Jurídica	35	30,1
Empresas Públicas Federais	2	1,7
Outras entidades empresariais	14	12,1
Associações, confederações e federações	13	11,2
Outras entidades de direito privado e sem fins de lucro	2	1,7
Internacional	4	3,4
Não categorizados	1	0,9
Total	116	100

Fonte: Elaboração própria.

A observação dos atores, em resumo, apontou predominância da categoria de natureza jurídica correspondente à Administração Pública, cuja participação nos Encontros ficou ao redor de 80% e nos fóruns, em torno de 70%. A baixa participação da sociedade civil implica agendas influenciadas fundamentalmente pelas necessidades do Estado.

4.4 Ampla cobertura temática e registro limitado de (in) visibilidades

O estudo da cobertura temática (C1) foi realizado através da análise das sessões dos Encontros com usuários (2006 e 2016) e dos registros dos conteúdos das realizações do fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Foram examinados os assuntos debatidos, tendo em vista seu efeito provável sobre a definição de agendas. O exame dos temas debatidos nas sessões dos Encontros foi realizado com base na CIE. Associaram-se os títulos de tais sessões, sempre que pertinente, a domínios, temas ou subtemas da CIE.

São três os domínios temáticos da CIE: Estatísticas Sociais, Estatísticas Econômicas e Estatísticas Multidomínio e Meio-Ambiente. Uma primeira alteração notável entre os dois Encontros é a da distribuição das sessões entre estes três domínios.

Como é mostrado na tabela 4, o domínio Estatísticas Sociais ocupava 40,9 % das participações em 2006 e, em 2016, ocupou 48,5%. Foi o domínio que apresentou, em ambos os encontros, o maior número absoluto de sessões (36 em 2006 e 48 em 2016).

Foi expressivo o crescimento da proporção de sessões sobre as Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente (de 25,1% em 2006 para 31,3% em 2016). Sessões sobre temas econômicos sofreram redução absoluta (30 para 20) e relativa (de 34,1% para 20,2%).

O crescimento observado em Estatísticas Sociais é explicado pelo maior número absoluto da soma de sessões sobre os temas Habitação, População, Saúde e Trabalho, que passou de 23 para 35. O crescimento das sessões referentes a Meio Ambiente (de 11 para 19) explica o aumento das sessões sobre o domínio em que se enquadram.

Tabela 4: Encontros de Usuários e Produtores 2006 e 2016: domínios e temas das sessões

Domínios e temas da CIE	Sessões 2006	Sessões 2016	Sessões 2006 (%)	Sessões 2016 (%)
Estatísticas Sociais	36	48	40,8	48,5
Adm. pública e participação político-social	2	3	2,3	3,0
Educação	3	3	3,4	3,0
Habitação	3	5	3,4	5,1
Justiça e segurança	2	2	2,3	2,0
População	11	15	12,5	15,2
Proteção social	1	1	1,1	1,0
Rendimento, despesa e consumo	0	2	0	2,0
Saúde	5	8	5,7	8,1
Trabalho	4	7	4,5	7,1
Uso do Tempo	1	0	1,1	0
Estatísticas sociais combinadas	4	1	4,5	1,0
Estatísticas Multidom. e Meio Ambiente	22	31	25,1	31,3
Estatísticas multidomínio	11	12	12,5	12,1
Meio Ambiente	11	19	12,5	19,2
Estatísticas Econômicas	30	20	34,1	20,2
Estatísticas econômicas setoriais	17	12	19,3	12,1
Estatísticas macroeconômicas	4	5	4,5	5,1
Outras estatísticas econômicas	-	-	-	-
Preços e custos	5	3	5,7	3,0
Setor informal	1	0	1,1	0
Estatísticas econômicas combinadas	3	-	3,4	-
Total	88	99	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Tanto nos Encontros de 2006 e 2016, quanto nos fóruns, bem como nas interações compiladas pelo IBGE em 2013, as coberturas temáticas, referenciadas à CIE, foram próximas da exaustividade. Assim, tais instâncias podem ser consideradas eficientes segundo esse critério. Os Encontros deixaram de incluir em 2006 apenas os temas Rendimento, despesa e consumo e Outras estatísticas econômicas. Em 2016, ficaram de fora apenas os temas Uso do tempo e, mais uma vez, Outras estatísticas econômicas.

Diante da inexistência de publicação formal de agenda oficial do SEN brasileiro, para o estudo da visibilidade estatística ofertada aos diferentes domínios e temas da CIE, foram efetuadas diferentes explorações. No que diz respeito especificamente ao IBGE, as

estatísticas produzidas encontram-se detalhadamente documentadas, dando a conhecer com clareza as visibilidades estatísticas que lhes correspondem.¹⁴

Para a abordagem da cobertura temáticas (C1) e (in) visibilidades (C2) do SEN, foi explorado o domínio das Estatísticas Sociais, pois o portal do Comitê de Estatísticas Sociais oferece uma consolidação importante das estatísticas produzidas sobre este domínio. Apresenta inventário de bases de dados, fontes de estatísticas oficiais nacionais, documentadas segundo padrões vigentes à época (2008 a 2015) para a elaboração de metadados, adotados pelo IBGE.¹⁵ O Comitê reúne os produtores de bases de dados que são citados no Quadro 4 a seguir. É coordenado pelo IBGE.¹⁶

Quadro 4: Temas do Domínio Estatísticas Sociais: inserções nas bases de dados inventariadas pelo Comitê de Estatísticas Sociais e segundo órgãos produtores

Temas da CIE	Inserções	Produtores e Inserções
Administração pública e participação político-social	3	IBGE (2); Capes (1)
Educação	11	IBGE (3); Capes (1); INEP (7)
Habitação	6	IBGE (4); Ministério da Saúde (1); Ministério do Desenvolvimento Social (1)
Justiça e segurança	6	IBGE (1); Ministério da Justiça (5)
População	8	IBGE (5); Ministério da Saúde (3)
Proteção social	7	IBGE (2); Ministério da Previdência Social (5)
Rendimento, despesa e consumo	5	IBGE (5)
Saúde	22	IBGE (6); Ministério da Saúde (16)
Trabalho	6	IBGE (3); Ministério do Trabalho (3)
Uso do Tempo	1	IBGE (1)
Total	75	IBGE (32); Capes (2); INEP (7); Ministério da Saúde (17); Ministério do Desenvolvimento Social (1); Ministério da Justiça (5); Ministério da Previdência Social (5); Ministério do Trabalho (3)

Fonte: Elaboração própria.

¹⁴ O endereço <metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx> leva aos domínio, temas e subtemas da CIE. A partir deste mesmo endereço oferecido acesso a vasta documentação sobre as diversas bases de dados e assuntos, objetos de investigação pelo Instituto. Acesso em: 10 dez. de 2017.

¹⁵ Disponível em <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

¹⁶ Disponível em <<https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/instituicoesparticipantes.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Como uma mesma base propicia estatísticas sobre diferentes questões sociais, o quadro 4 quantifica as inserções dos diferentes temas nas bases de dados e as bases sob a responsabilidade de cada órgão produtor. Todos os temas da CIE são contemplados, apontando exaustividade de cobertura temática para o domínio Estatísticas Sociais.

Porém, estudo realizado pelo Comitê de Estatísticas Sociais registrou que a falta de cobertura temática é apenas uma perspectiva possível para a identificar lacunas estatísticas. Apontou que tais invisibilidades ou lacunas podem ser temporais, territoriais e de harmonização. O Comitê registrou, por exemplo, a lacuna nas estatísticas oficiais de Segurança Pública. Lima e outros (2017), ao analisarem homicídios no Brasil, a qualificam como uma lacuna de harmonização, que dificulta a adequada interpretação destas ocorrências. Relatam entraves de distintas naturezas para a viabilização das estatísticas.

[...] estatísticas públicas divulgadas no Brasil, que enfrentam não poucos obstáculos conceituais, metodológicos e político-institucionais para servirem como um retrato da realidade brasileira na área (de segurança pública) e como insumos para avaliações rigorosas das políticas públicas. [...] o SINESP (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública) não tem conseguido ser adequadamente alimentado desde a sua criação, em 2012, uma vez que as Unidades da Federação colocam grandes resistências para o fornecimento dos dados [...] (LIMA *et al*, 2017, pp.5-6).

Derivou da presente busca por compreender a dinâmica das agendas, a constatação de que sustentar instâncias integradas por diferentes instituições produtoras de estatísticas oficiais, tais como o Comitê, torna viável o delineamento e registro, tanto de visibilidades quanto de invisibilidades estatísticas, baseados em olhar abrangente sobre o SEN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu, através das abordagens teóricas, de contexto e empíricas, avançar na compreensão da dinâmica de definição das agendas do SEN no Brasil. Tal dinâmica se mostrou efetiva no que diz respeito a abrangência dos assuntos em debate e nas inúmeras ações de aproximação entre os SEN e atores sociais. Identificou-se, por outro lado, a necessidade de avançar em documentação da dinâmica e das agendas, assim como de diversificar de atores a envolver. Foi possível a reflexão sobre relações de poder sob dois enfoques, o das forças externas que influenciam o desenho das agendas e o do empoderamento atribuído pelas visibilidades estatísticas.

O olhar para as estatísticas oficiais segundo sua face sociopolítica, presente no desenho das agendas e em seus usos, categorizados como forças constitutivas da sociedade, ratificou a relevância do estudo. Tais usos, originalmente restritos à administração e controles pelo Estado, ampliaram-se, alcançando múltiplos atores, tornando a definição de agendas, bem como das decorrentes visibilidades estatísticas, em espaço para a conciliação de variados interesses e influências, frente a limitados recursos, num exercício de política de informação para assegurar valor ético central, o direito à informação.

O conceito de governança, com intrínseca transparência e *accountability*, ajustou-se à construção de agendas estatísticas inclusivas. As concepções de regime de informação e de sistema finalizado aberto para a análise dos SEN fundamentaram a compreensão das relações de poder atuantes na dinâmica e no seu entorno.

Essa atenção para o entorno registrou fatores favoráveis e de resistência à dinâmica das agendas inclusivas, com prioridade para o amplo direito à informação e com zelo por transparência e *accountability*. No primeiro grupo estão a importância das estatísticas oficiais para o projeto de desenvolvimento global sustentável, o reconhecimento internacional da qualidade das estatísticas brasileiras, a Constituição promulgada em 1988, em seu indicativo de participação cidadã, e a adesão do País ao regime de acesso aberto à informação. São entraves, a defasagem da lei estatística brasileira, as dificuldades na alocação de recursos e no compartilhamento de bases de dados, indicativos da falta de perspectiva estratégica sobre as estatísticas no âmbito da gestão pública da informação no Brasil. O risco de fragilização da democracia, observado ao final do período de estudo, não deve ser minimizado como potencial barreira. Tais aspectos, ainda que externos à dinâmica, correspondem a expressões de poder que afetam as agendas e, portanto, as (in) visibilidades que se configuram.

No que diz respeito à dinâmica de definição das agendas do SEN brasileiro e seus elementos, conforme apontam as diferentes fontes e enfoques analisados, foi ratificada a inexistência de documentação consolidada. Assim, o processo de definição das agendas está exposto à importante opacidade e decorrente falta de transparência.

Por outro lado, a pesquisa constatou diferentes e numerosas instâncias para a governança conduzidas pelo IBGE, que aproximam o SEN e múltiplos atores. Sob a ótica da cobertura temática dos debates e das demandas nos Encontros e fóruns, a pesquisa registrou tendência à exaustividade, tomando-se como referência os domínios e temas da

CIE. No entanto, foi observada a forte concentração de atores da Administração Pública (cerca de 80% nos encontros e de 70% na realização dos fóruns) nas instâncias de governança. Em prol de agenda inclusiva, se impõe investimento para equilibrar a representação dos segmentos da sociedade nos espaços de governança.

Para o domínio Estatísticas Sociais da CIE, o registro de visibilidades de temas mostrou-se exaustivo. O trabalho desenvolvido pelo Comitê de Estatísticas Sociais avançou para além da cobertura temática, distinguindo lacunas temporais, territoriais e de harmonização de conceitos e definições. Detectou a invisibilidade estatística do tema Segurança Pública, marcante, face às muitas e diferentes expectativas referentes a políticas e ações nesse campo.

Finalmente são sugeridos dois desdobramentos, especialmente direcionados a aprofundamentos e aprimoramentos já apontados. O primeiro, referente à documentação da dinâmica e das agendas, fundamentada na Organização do Conhecimento e nos efeitos sociopolíticos das (in) visibilidades. O outro, concernente à identificação e às causas das lacunas do SEN brasileiro. Cabendo avançar na fundamentação teórica em política e ética informacional, de modo que a identificação das influências de diferentes atores para a persistência de tais lacunas, bem como a reflexão mais aprofundada sobre os impactos da gestão pública da informação no País, seja incluída.

REFERÊNCIAS

ATHIAS, L. et al. **Proposta de Projeto de Governança**. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indicadores Sociais. No prelo.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Cap.4, p. 91-135, 2008.

BRAMAN, S. **Change of state: information, policy and power**. Cambridge, MA: MIT Press. 2006.

BRESSER-PEREIRA sobre impeachment: 'É uma vergonha'. **Revista Fórum**. Porto Alegre. 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20920&t=series-historicas>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CAPURRO, R. e HJØRLAND, B. The concepts of information, **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, cap 8, p. 343-411, 2003. Disponível em <<http://www.capurro.de/infoconcept.html>>. Acesso em fev. 2018.

CUNHA, A.S.F. **Em torno da Engenharia dos Sistemas Estatísticos Nacionais nos Estados de Direito Democrático**. Lisboa. 2014. Mimeo.

DANTAS, M. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (I). **Liinc em Revista**, v. 11, n. 2, 2015.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta. **Anais...**

GIDDENS, A. **O estado-nação e a violência**. São Paulo, Ed. Edusp, 2008. Cap. 7.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos Cenários políticos para a Informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Regime de informação: construção de um conceito, **Informação e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

LIMA, R.S.; BUENO, S.; MARQUES, D.; NEME, C. (2017). Democracia, Homicídios e Segurança no Brasil: entre simulacros e políticas públicas, 2017, mimeo.

MALIN, A.M.B. Reflexões sobre a adesão brasileira ao Regime Global de Acesso à Informação Pública. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, **Anais eletrônicos...** Disponível em <<http://obgi.org/wp-content/uploads/2013/08/Produção-Intelectual-2012-Reflexões-sobre-a-adesão-brasileira-ao-regime-global-de-acesso-à-informação-pública.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Report of the Global Working Group on Big Data for Official Statistics. **United Nations Statistical Commission, 47th session, 2016**.

SCHWARTZMAN, S. **O Sistema Estatístico Nacional**. 1996. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/sistema_est.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

SENRA, N. C. **O saber e o poder das estatísticas**. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____; FONSECA, S.M.; MILLIONS, T. **O desafio de retratar o país**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

WILDEN, A. Informação. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v. 34, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 11-77, 2001.